



# LAY OFF COVID-19

## LAY OFF

**Condições de atribuição dos apoios imediatos de carácter extraordinário, temporário e transitório, destinados aos trabalhadores e empregadores afetados pelo surto do vírus COVID-19**

## ENQUADRAMENTO

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 10-A/2020 foram adoptadas quatro medidas extraordinárias de apoio imediato aos trabalhadores e às empresas:

- Apoio extraordinário à manutenção dos contratos de trabalho em empresa em situação de crise empresarial, com ou sem formação;
- Criação de plano extraordinário de formação;
- Isenção temporária do pagamento de contribuições para a Segurança Social, a cargo da entidade empregadora;
- Incentivo financeiro extraordinário para apoio à normalização da atividade da empresa.

A medida de apoio extraordinária à manutenção dos contratos de trabalho em empresa em situação de crise empresarial inspira-se na figura do **LAY OFF**, quer quanto à estruturação, quer quanto às formas e montantes de pagamento, **mas não implica a suspensão dos contratos de trabalho.**

É uma medida excecional, mais ágil, de forma a garantir que se aplica num espaço de tempo muito curto entre o pedido do empregador e a concessão do apoio, com o objetivo de prevenir o risco imediato de desemprego e a manutenção dos postos de trabalho.

Esta nova e temporária medida visa permitir que às empresas em situação de crise empresarial em consequência de:

- uma paragem total da atividade da empresa ou estabelecimento, que resulte da intermitência ou interrupção das cadeias de abastecimento globais\*; ou**
- uma quebra abrupta e acentuada de, pelo menos, 40 % da faturação, com referência ao período homólogo de 3 meses, ou, para quem tenha iniciado a atividade há menos de 12 meses, à média desse período possam ter acesso a um apoio extraordinário para auxílio ao pagamento da retribuição dos seus trabalhadores, durante o período máximo de 6 meses.**
- uma quebra abrupta e acentuada de, pelo menos, 40 % da faturação, nos 60 dias anteriores ao pedido junto da segurança social com referência ao período homólogo ou, para quem tenha iniciado a atividade há menos de 12 meses, à média desse período (...)**

**\*No caso concreto do setor da ourivesaria e joalheria, esta pandemia determinou o encerramento dos serviços da Contrastaria (Porto e Lisboa) a partir do dia 16.03.2020, previsivelmente por um período de 14 dias, o que determina por consequência o encerramento da atividade económica do setor, uma vez que, de acordo com o Regime Jurídico da Ourivesaria e das Contrastarias, os artefactos de metais precisos só podem ser legalmente vendidos em Portugal, se estiverem certificados pela Contrastaria. Assim, é nosso entendimento, que está interrompida a cadeia de abastecimento do setor.**

## **ESTA MEDIDA EXIGE**

- a obrigação de informar, por escrito, os trabalhadores abrangidos e o prazo previsível da interrupção da atividade,
- certidão da entidade empregadora e certidão de contabilista certificado da empresa que ateste a existência da situação de crise, inspecionável posteriormente pelos serviços e organismos do Estado, com competência em razão da matéria.
- Remessa imediata de requerimento ao Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.), acompanhada dos respectivos documentos e da listagem nominativa dos trabalhadores abrangidos e respetivo número de segurança social.

## **QUE APOIO TERÁ ESTA MEDIDA?**

A medida terá a forma de um apoio financeiro **no valor igual a 2/3 da retribuição ilíquida do trabalhador, até um máximo de 3 RMMG ( €1905,00):**

- 70 % assegurado pela Segurança Social e
- 30 % assegurado pelo empregador.

## **DURAÇÃO:**

- 1 (um) mês, prorrogável mensalmente, até um máximo de 6 meses

# **PERGUNTAS FREQUENTES**

## **QUAIS SÃO AS EMPRESAS QUE PODEM RECORRER A ESTE LAY OFF EXTRAORDINÁRIO?**

Só as empresas que:

- tiverem uma quebra de vendas significativa, excecional e superior a 40% nos 60 dias anteriores ao pedido, em relação ao período homólogo de 2019 é que podem recorrer a este mecanismo, ou
- tiverem uma paragem total da atividade da empresa ou estabelecimento, que resulte da intermitência ou interrupção das cadeias de abastecimento globais.

## **QUAIS SÃO OS MEIOS DE PROVA?**

Declaração do empregador e Certidão do contabilista certificado da empresa . Pode haver fiscalização "a posteriori", exigindo:

- Balancetes do mês de apoio e do mês homólogo;
- Declaração do IVA respeitante ao mês do apoio e aos dois meses anteriores, no caso de regime de IVA mensal;
- Declaração do IVA do 4o trimestre de 2019 e 1o trimestre de 2020, no caso do regime de IVA trimestral;
- Além de outros comprovativos adicionais ainda a fixar.

## **COMO SE AFERE A QUEBRA DAS VENDAS EM 40%?**

A lei estabelece que a comparação é feita "com referência ao período homólogo" de 60 dias – ou seja, é preciso comparar com o mesmo período do ano anterior.

## **QUAIS OS REQUISITOS DE ACESSO AO APOIO EXTRAORDINÁRIO ?**

As empresas terão que ter a situação contributiva regularizada perante a AT e a Segurança Social.

### **É PRECISO O ACORDO DOS TRABALHADORES?**

O lay off é aplicável mesmo sem acordo. A empresa está, no entanto, obrigada a comunicar as suas intenções com antecedência. Esta comunicação aos trabalhadores deve ser acompanhada de “uma declaração do empregador e de uma declaração do contabilista certificado”. A intervenção do contabilista nesta matéria deve certificar a quebra das vendas que torna a empresa elegível.

### **O QUE ACONTECE AO SALÁRIO DOS TRABALHADORES ABRANGIDOS?**

O regime simplificado mantém as regras do regime normal. “Os trabalhadores auferem, no mínimo, uma remuneração ilíquida mensal de dois terços, até um limite máximo de três remunerações mínimas mensais garantidas”. Isto significa que ninguém pode ficar a ganhar menos do que o salário mínimo (635 euros) nem receberá mais do que 1905 euros (todos os valores são brutos).

### **O LAY OFF PODE DURAR QUANTO TEMPO?**

Pelo período de 1 (um) mês, prorrogável mensalmente, até um máximo de 6 meses.

### **QUEM PAGA O SALÁRIO?**

A Segurança Social assegura o pagamento correspondente a 70% da remuneração, sendo o remanescente suportado pela entidade empregadora.

### **QUEM TRANSFERE O DINHEIRO?**

No regime normal, o salário e a compensação retributiva é sempre paga pela empresa, porque a Segurança Social não transfere dinheiro para o trabalhador, antes dá um apoio à empresa. No regime excepcional para lidar com a epidemia de covid-19, nada é referido.

### **A QUE ENTIDADE SE SOLICITA A APLICAÇÃO DO LAY OFF?**

Os pedidos devem ser encaminhados para os centros distritais da Segurança Social. Estes e as delegações da Autoridade para as Condições do Trabalho podem informar os trabalhadores em caso de dúvidas.

### **QUE OUTRAS MEDIDAS ESTÃO PREVISTAS NO REGIME ANÁLOGO?**

Há uma bolsa de formação, no valor de 30% do Indexante dos Apoios Sociais, totalizando cerca de 131 euros. Metade é atribuída ao trabalhador e a outra metade destina-se ao empregador, com o custo suportado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Há ainda um apoio extraordinário de formação profissional, no valor de 50% da remuneração do trabalhador até ao limite de um salário mínimo, acrescido do custo da formação, para as situações dos trabalhadores sem ocupação em atividades produtivas por períodos consideráveis, quando vinculados a empresas cuja atividade tenha sido gravemente afectada.

### **O APOIO À EMPRESA TERMINA COM O FIM DO LAY OFF?**

Não. Há um “incentivo financeiro extraordinário” para a “fase de normalização da atividade”. No primeiro mês após a retoma laboral, as empresas terão apoio no pagamento dos salários até ao limite máximo de um salário mínimo por trabalhador.

## **A EMPRESA CONTINUARÁ A PAGAR AS CONTRIBUIÇÕES À SEGURANÇA SOCIAL?**

Não. Prevê-se um “regime excepcional e temporário” de isenção do pagamento de contribuições à Segurança Social por parte de entidades empregadoras e trabalhadores independentes que sejam entidades empregadoras. Haverá isenção total durante o regime de lay off simplificado; E também no mês após a retoma laboral, na fase de “normalização da atividade”.

## **LEGISLAÇÃO**

**Normas legais aplicáveis - Portaria n.º 71-A/2020**

**Publicação: Diário da República n.º 52-A/2020, 1º Suplemento, Série I de 2020-03-15**

**Artigos mais relevantes:**

**Artigo 3.º**

### **Situação de crise empresarial**

1 - Para efeitos de aplicação da presente portaria, considera-se situação de crise empresarial:

- a) A paragem total da atividade da empresa ou estabelecimento que resulte da interrupção das cadeias de abastecimento globais, da suspensão ou cancelamento de encomendas;
- b) A quebra abrupta e acentuada de, pelo menos, 40 % da faturação, nos 60 dias anteriores ao pedido junto da segurança social com referência ao período homólogo ou, para quem tenha iniciado a atividade há menos de 12 meses, à média desse período.

2 - As circunstâncias referidas nas alíneas a) e b) do número anterior são atestadas mediante declaração do empregador conjuntamente com certidão do contabilista certificado da empresa.

3 - As entidades beneficiárias do presente apoio podem ser fiscalizadas, em qualquer momento, pelas entidades públicas competentes, devendo comprovar os factos em que se baseia o pedido e as respetivas renovações.

4 - O comprovativo referido no número anterior é efetuado por prova documental, podendo ser requerida a apresentação de documentos, nos casos aplicáveis, nomeadamente:

- a) Balancete contabilístico referente ao mês do apoio bem como do respetivo mês homólogo;
- b) Declaração de Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA) referente ao mês do apoio bem como dos dois meses imediatamente anteriores, ou a declaração referente ao último trimestre de 2019 e o primeiro de 2020, conforme a requerente se encontre no regime de IVA mensal ou trimestral respetivamente, que evidenciem a intermitência ou interrupção das cadeias de abastecimento ou a suspensão ou cancelamento de encomendas; e
- c) Elementos comprovativos adicionais a fixar por despacho do membro do Governo da área do trabalho e da segurança social.

**Artigo 4.º**

### **Requisitos de acesso**

Para aceder às medidas previstas na presente portaria, o empregador deve, comprovadamente, ter as situações contributiva e tributária regularizadas perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária e Aduaneira.

## **Artigo 5.º**

### **Apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho em situação de crise empresarial**

- 1 - O apoio extraordinário à manutenção de contrato de trabalho em empresa em situação de crise empresarial reveste a forma de um apoio financeiro, por trabalhador, atribuído à empresa, destinado, exclusivamente, ao pagamento de remunerações.
- 2 - Para efeitos de aplicação do previsto no número anterior o empregador comunica, por escrito, aos trabalhadores a decisão de requerer o apoio extraordinário à manutenção dos postos de trabalho, indicando a duração previsível, ouvidos os delegados sindicais e comissões de trabalhadores quando existam, remetendo de imediato requerimento ao Instituto da Segurança Social, I. P. (ISS, I. P.), acompanhado dos documentos referidos no n.º 2 do artigo 3.º e bem assim a listagem nominativa dos trabalhadores abrangidos e respetivo número de segurança social.
- 3 - Durante o período de aplicação desta medida, a empresa tem direito a um apoio financeiro nos mesmos termos do previsto no n.º 4 do artigo 305.º do Código do Trabalho, com duração de um mês.
- 4 - O presente apoio pode ser, excecionalmente, prorrogável mensalmente, até ao máximo de 6 meses.
- 5 - Revogado
- 6 - Esta medida pode ainda ser cumulável com um plano de formação aprovado pelo IEFP, I. P., ao qual acresce uma bolsa nos mesmos termos do previsto no n.º 5 do artigo 305.º do Código do

## **Trabalho.**

## **Artigo 6.º**

### **Plano extraordinário de formação**

- 1 - As empresas que, abrangidas no âmbito da presente portaria, não tenham recorrido ao apoio extraordinário previsto no artigo 5.º, podem aceder a um apoio extraordinário para formação profissional a tempo parcial, mediante um plano de formação definido nos termos do artigo 7.º, tendo em vista a manutenção dos respetivos postos de trabalho e o reforço das competências dos seus trabalhadores, de forma a atuar preventivamente sobre o desemprego, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 13/2015, de 26 de janeiro.
- 2 - O apoio extraordinário referido neste artigo tem a duração de um mês e destina-se à implementação do plano formação definido no artigo seguinte.
- 3 - O apoio extraordinário a atribuir a cada trabalhador abrangido é suportado pelo IEFP, I. P., e é concedido em função das horas de formação frequentadas, até ao limite de 50 % da retribuição ilíquida, com o limite máximo da RMMG.
- 4 - Nas situações previstas no n.º 1 o empregador comunica aos trabalhadores, por escrito, a decisão de iniciar um plano de formação e a duração previsível da medida, remetendo de imediato informação ao IEFP, I. P., acompanhada dos documentos referidos no n.º 2 do artigo 3.º

## **Artigo 7.º**

### **Planos de formação**

- 1 - O plano de formação referido no n.º 5 do artigo 5.º e no artigo anterior deve:
  - a) Ser implementado em articulação com a entidade, cabendo ao IEFP, I. P., a sua organização, podendo ser desenvolvido a distância quando possível e as condições o permitirem;
  - b) Contribuir para a melhoria das competências profissionais dos trabalhadores, sempre que possível aumentando o seu nível de qualificação, e contribuir para o aumento da competitividade da empresa;

c) Corresponder às modalidades de qualificação previstas no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações.

2 - No caso da formação prevista no artigo anterior, a sua duração não deve ultrapassar 50 % do período normal de trabalho durante o período em que decorre.

3 - O número mínimo de formandos a integrar em cada ação de formação é definido por acordo entre o IEFP, I. P., e o empregador, atenta a legislação enquadradora da respetiva modalidade de formação.

## **Artigo 8.º**

### **Entidades formadoras**

Para a operacionalização do plano de formação previsto no n.º 5 do artigo 5.º e no artigo 7.º, são entidades formadoras os centros de emprego e formação profissional do IEFP, I. P.

## **Artigo 9.º**

### **Incentivo financeiro extraordinário para apoio à normalização da atividade da empresa**

1 - Os empregadores que beneficiem das medidas previstas na presente portaria têm direito a um incentivo financeiro extraordinário para apoio à retoma da atividade da empresa, previsto na alínea c) do n.º 2 do artigo 1.º, a conceder pelo IEFP, I. P., pago de uma só vez e com o valor de uma RMMG por trabalhador.

2 - Para aceder ao incentivo, o empregador apresenta requerimento ao IEFP, I. P., acompanhado, nomeadamente, dos documentos referidos no n.º 2 do artigo 3.º

## **Artigo 10.º**

### **Isenção temporária do pagamento de contribuições para a Segurança Social**

1 - Os empregadores que beneficiem das medidas previstas na presente portaria têm direito à isenção total do pagamento das contribuições à Segurança Social a cargo da entidade empregadora, relativamente aos trabalhadores abrangidos e membros dos órgãos estatutários, durante o período de vigência das mesmas.

2 - O direito à isenção prevista no número anterior é aplicável igualmente aos trabalhadores independentes que sejam entidades empregadoras beneficiárias das medidas e respetivos cônjuges.

3 - A isenção reporta-se às contribuições referentes às remunerações relativas aos meses em que a empresa seja beneficiária das medidas.

4 - A dispensa do pagamento de contribuições relativa aos trabalhadores independentes determina o registo de remunerações por equivalência à entrada de contribuições de acordo com a base de incidência contributiva que for aplicável.

5 - As entidades empregadoras entregam as declarações de remunerações autónomas relativas aos trabalhadores abrangidos e efetuam o pagamento das respetivas quotizações.

6 - A isenção do pagamento de contribuições aplicável aos trabalhadores independentes não afasta a obrigação de entrega da declaração trimestral.

7 - A isenção do pagamento de contribuições relativamente aos trabalhadores abrangidos é reconhecida oficiosamente, designadamente com base na informação transmitida pelo IEFP, I. P.



# AORP

ASSOCIAÇÃO DE OURIVESARIA  
E RELOJOARIA DE PORTUGAL